COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI № 1.237, DE 2007

Acrescenta o § 9º ao art. 129 do Código Penal Brasileiro, o Decreto-Lei nº

2.848, de 7 de dezembro de 1940.

Autor: Deputado EDUARDO GOMES

Relator: Deputado AYRTON XEREZ

I - RELATÓRIO

Trata-se de projeto de Lei que visa a introduzir parágrafo 9º

ao artigo 129 da Lei nº 2.484, de 7 de dezembro de 1949 - Código Penal

Brasileiro - , tendo por objetivo aumentar a pena prevista para os casos de

lesões corporais se a ação for praticada por mais de um agente.

Argumenta o autor, sustentando a aprovação da proposta,

que as penas previstas para sanção às práticas criminosas, elencadas no art.

129 do Código Penal pátrio, não sofrem quaisquer acréscimos quando

cometidas por mais de um agressor, mesmo atuando em conjunto.

Nos termos do art. 139, inciso I, do Regimento Interno da

Câmara dos Deputados, a este foi apensado o projeto de Lei nº 1.307 de 2007,

de autoria do nobre Deputado Vinicius Carvalho que propõe, em seu texto, a

alteração do art. 7º do citado diploma legal, também buscando um aumento de

pena para agressões levadas a efeito por mais de um agente.

Aos projetos não foram apresentadas emendas no prazo

regimental.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

Ambos os projetos de Lei se encontram abrangidos pela competência privativa da União para legislar sobre direito penal, sendo, assim, legítima a iniciativa e adequada uma elaboração de Lei ordinária, em conformidade com o explicitado nos artigos 22, I; 48, *caput*; e 61, *caput*, da Constituição da República.

O pressuposto da juridicidade, inafastável no caso, se acha igualmente atendido, posto que não violados os princípios do ordenamento jurídico nacional.

No caso do projeto de Lei nº 1.237/07, porém, cabe o aprimoramento da técnica legislativa, a fim de adequá-la aos ditames da Lei Complementar nº 95/98, a qual veda a revogação genérica e, assim sendo, impõe a exclusão do art. 3º do citado projeto.

Além disso, há que se ressaltar a impossibilidade de mera substituição na redação do art. 9º do Código, diante do fato que o mesmo aborda matéria específica, relativa à violência domestica, tendo sido incluído naquele diploma legal por força da Lei 10.886, de 17 de junho de 2004.

No que tange ao projeto de Lei nº 1.307/07, o mesmo também carece de reparos na técnica legislativa, estando, porém, adequado à Lei Complementar 95/98.

Embora ambos os projetos caminhem na mesma direção, qual seja, o aumento da pena para aqueles que cometam o crime de agressão em conluio, faz-se necessário observar que um utiliza-se do termo "pluralidade de agentes", enquanto o outro faz referência ao termo "concurso de agentes".

Ainda que voltados para o mesmo entendimento objetivo do fato, os termos carecem de melhor valoração semântica para adequada

3

utilização no corpo da Lei. Isto porque, por "pluralidade de agentes", pode-se

entender que mais de um indivíduo praticou agressão, atingindo o paciente.

Destarte a lógica intrínseca de tal entendimento, se nos

parece mais adequada uma maior abrangência, visando incluir os atos

praticados em ajuda, auxílio ou cooperação para o cometimento do crime, o

que pode ser mais bem visualizado pela utilização do termo "concurso de

agentes", que certamente absorveria a participação subjetiva, intelectual, moral

ou psicológica de terceiros.

Quanto ao mérito das propostas, entendemos serem

pertinentes e excepcionalmente oportunas. Sobejam na imprensa nacional

notícias acerca de verdadeiras gangues de jovens que, em grupo, praticam

agressões de toda sorte, ao abrigo de uma lacuna legal que merece ser

preenchida, inclusive no que diz respeito à motivação dos agentes.

Considerando a necessidade de aprimoramento da técnica

legislativa e a melhor adequação ao corpo do Código Penal brasileiro, optamos

pela apresentação de substitutivo, congregando os pontos mais importantes

das duas propostas em análise.

Face ao exposto, votamos pela aprovação dos projetos de

Lei nº 1.207/07 e nº 1.307/07, na forma do substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em

de

de 2007.

Deputado AYRTON XEREZ
Relator